

## **ENTRE O TRAMPOLIM E A ASCENSÃO: A REELEIÇÃO PARLAMENTAR NO BRASIL (1990-2014)<sup>1</sup>**

**José Alexandre da Silva Júnior**<sup>2</sup>

**Ranulfo Paranhos**<sup>3</sup>

**Dalson Britto Figueiredo Filho**<sup>4</sup>

**Willber Nascimento**<sup>5</sup>

**Albany Ferreira Lima**<sup>6</sup>

**Resumo:** Candidatos à reeleição levam vantagem na disputa eleitoral em relação aos desafiantes? O desempenho eleitoral deles é estável ou apresenta alguma tendência ao longo do tempo? O objetivo desse trabalho é oferecer uma resposta sistemática a essas duas questões. Para tanto, analisamos o desempenho eleitoral dos deputados federais candidatos à reeleição em sete eleições (1990-2014). Metodologicamente, utilizamos estatística descritiva e inferencial com análise de séries temporais. O banco de dados foi elaborado a partir do repositório de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os resultados sugerem que: (1) os incumbentes levam vantagem na disputa eleitoral em relação aos desafiantes e (2) o desempenho eleitoral deles é estável ao longo do período analisado

**Palavras chave:** Reeleição; Eleições; Parlamentares incumbentes; Parlamentares desafiantes; séries temporais

*Recebido em: 03/12/2018*

*Aceito em: 25/01/2019*

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem às sugestões do Professor Carlos Ranulfo (PPGCP-UFMG) e Lúcio Rennó (PPGCP-UnB). Omissões remanescentes são exclusivamente creditadas aos autores. Esse trabalho é financiado por duas fontes: CAPES e CNPq

<sup>2</sup> Professor do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da UFAL. Contato: jasjunior2007@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Professor do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da UFAL. Contato: ranulfo paranhos@me.com

<sup>4</sup> Professor do Departamento de Ciência Política (DCP) da UFAL. Contato: dalsonbritto@yahoo.com.br

<sup>5</sup> Doutorando em Ciência Política pela UFPE. Contato: nascimentowillber@gmail.com

<sup>6</sup> Doutorando em Ciência Política pela UFMG. Contato: albanynformatica@gmail.com

## **BETWEEN THE TRAMPOLINE AND THE ELECTORAL ASCENSION: THE PARLIAMENTARY REELECTION IN BRAZIL (1990-2014)**

**Abstract:** The Brazilian parliamentarians have an advantage in the race for re-election? Their electoral performance is stable or has a tendency over time? The aim of this study is to provide a systematic answer to these two questions. Therefore, we analyzed the electoral performance of federal candidates deputies for re-election in seven elections (1990-2014). Methodologically, we used descriptive and inferential statistics, time series analysis. The database was compiled from the Superior Electoral Court of the data repository (TSE). The results suggest that: (1) the incumbents have an advantage in the race for parliamentary re-election and (2) the electoral performance of them is stable over the analysis period

**Key-words:** re-election; elections; Parliamentary incumbents; Parliamentary challenging; time series

"A vote is like a rifle: its usefulness depends  
upon the character of the user."  
*Theodore Roosevelt*

"The ballot is stronger than the bullet."  
*Abraham Lincoln*

## INTRODUÇÃO

Questões sobre a magnitude e a dinâmica do desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição parlamentar são antigas. Por exemplo, nos Estados Unidos o tema vem sendo investigado a mais de cinquenta anos e reúne dezenas de trabalhos (GELMAN e KING, 1990; COX e KATZ, 1996; 2004). Por lá, discute-se desde medidas adequadas para mensurar o fenômeno até suas causas e consequências (GELMAN e KING, 1990; KING, 1989; COX e KATZ, 1996; 2004; LEVITT e WOLFRAM, 1997; GELMAN e HUANG, 2008). No Brasil, os estudos sobre a reeleição podem ser considerados recentes e incipientes. Os trabalhos que examinam ou citam o tema no parlamento costumam focar a renovação ou a ambição política (SAMUELS, 2000, 2001, 2003; SANTOS, 2003; LEONI, PEREIRA e RENNO, 2003, 2004).

De acordo com a literatura, a análise da reeleição parlamentar revela informações sobre três aspectos do sistema político: (1) comportamento eleitoral; (2) efeito do mandato e (3) competição. Comumente, considera-se a reeleição como o principal termômetro do voto retrospectivo (MCKELVEY, 1975; KRAMER, 1977; FIORINA, 1981; FERREJOHN, 1986). Teoricamente, reeleger significa aprovar o trabalho realizado pelo representante, ainda mais quando os eleitores são pragmáticos e apartidários (FERREJOHN, 1986; MAYHEW, 1974; JACOBSON, 2001). Nesse quadro, o fiel da balança é a maximização da utilidade para o eleitor<sup>7</sup>. Ganha a disputa o candidato que cumprir melhor essa meta. Em outros termos, vencerá a competição o candidato que garantir maior quantidade de benefícios para o eleitorado. Em tese, os candidatos à reeleição ocupam uma posição privilegiada para buscar/alocar esses benefícios. No limite, os incumbentes podem distorcer a competição eleitoral e se tornarem imbatíveis (FERREJOHN, 1986; MAYHEW, 1974). Em resumo, não é possível examinar sistematicamente o sistema político sem estudos sobre reeleição.

Não sem razão, nosso objetivo principal é examinar os elementos primários da reeleição parlamentar até então negligenciados. Precisamente, estimar a vantagem eleitoral dos incumbentes e a dinâmica do desempenho eleitoral deles ao longo do tempo. Para tanto, analisamos a série temporal de duas medidas: 1) segurança eleitoral e 2) taxa de reeleição. Ambas calculadas a partir de orientações metodológicas de trabalhos que examinam

---

<sup>7</sup> Maximização de utilidade em termos amplos. Enquanto para um eleitor a maximização de utilidade refere-se a transferências de benefícios materiais, para outros a proximidade ideológica programática pode ser o item em questão.

contextos partidário e eleitoral próximos ao caso brasileiro. No primeiro caso, avaliamos os incumbentes em relação aos desafiantes, no segundo apenas os mandatários.

O texto está organizado em cinco seções. A primeira resume o debate sobre as medidas de reeleição parlamentar. Na sequência, consideramos o debate no Brasil. A terceira apresenta a metodologia adotada na nossa investigação. A quarta apresenta os principais resultados. A quinta e última resume os achados e aponta os principais desafios para explicar a reeleição parlamentar no Brasil.

## 1. MEDIDAS DE REELEIÇÃO

Muitas medidas foram propostas para mensurar o desempenho eleitoral dos incumbentes parlamentares (GELMAN e KING, 1990). Metodologicamente, grande parte da diferença entre elas deve-se ao tipo de distrito em que se busca mensurar o fenômeno: uninominais e multinominais. A primeira onda de trabalhos voltou-se para os uninominais. Erikson (1971) comparou o desempenho eleitoral do candidato na condição de desafiante com sua performance na disputa pela primeira reeleição. Collie (1981) propôs uma metodologia alternativa: 1) classificou os distritos com eleições sem incumbentes na disputa (*open seat*) como seguros ou disputados; 2) comparou o desempenho eleitoral dos vencedores dessa disputa na eleição seguinte. Garand e Gross (1984) preferiram utilizar a diferença entre a margem de voto dos incumbentes vencedores e derrotados. Jacobson (1987) examinou a probabilidade de vitória ao invés do percentual de voto. Para ele, o aumento percentual da vantagem dos incumbentes não representa um aumento da sua segurança eleitoral. Alford e Bardy (1989) preferiram utilizar a média da *sophomore surge* e *retirement slump*<sup>8</sup>. Segundo eles, a junção dessas duas medidas corresponde à contribuição eleitoral dos incumbentes (*slurge*). Finalmente, alguns estudos reformularam algumas medidas usadas anteriormente. Por exemplo, Alford e Hibbing (1981) calcularam o *sophomore surge* e *retirement slump* para a segunda e terceira reeleição ao invés de considerar apenas a primeira.

Seja qual for a medida, Gelman e King (1990) advertem que o mais importante é livrá-la de viés. Segundo eles, as medidas mais utilizadas (*Sophomore surge* e *Retirement slump*) tendem a ser também as mais enviesadas. Em especial, por conta da ausência de dados. Boa parte dos distritos não oferece condições para calculá-las. Mais precisamente, muitos deles nem apresenta incumbentes concorrendo à primeira reeleição (importante para o cálculo da *sophomore surge*), nem registra aposentadoria de parlamentares (importante para cálculo da *retirement slump*). Portanto, a mensuração acaba sendo baseada em uma pequena fração do total das disputas (Cf. COVER, 1977). Consequentemente, Gelman e King (1990) propõe uma nova metodologia para mensurar a vantagem eleitoral dos candidatos à reeleição:

---

<sup>8</sup> *Sophomore surge* - a média de votos que retorna ao parlamentar em sua primeira disputa a reeleição. *Retirement slump* - média de votos perdida pelo partido do parlamentar que decide não disputar a reeleição.

$$\varphi = w^{(i)} - w^{(0)}$$

Where

$w^{(i)}$  = proportion of the vote received by the incumbent legislator in his or her district, if he or she runs against major party opposition (thus,  $w^{(i)}$  is unobserved in an open seat election), and

$w^{(0)}$  = proportion of the vote received by the incumbent party in that district, if the incumbent legislator does not run and all major parties compete for this open seat; ( $w^{(0)}$  is unobserved if the incumbent runs for reelection)" (GELMAN e KING, 1990 p.02).

Com esse método, todos os distritos participam da construção da medida, ainda que não tenha incumbente na disputa. Segundo Gelman e King (1990), o crescimento da vantagem dos incumbentes nas últimas décadas nos Estados Unidos é indiscutível. Mas, não é verdade que essa vantagem não existia anteriormente (ALFORD e BRADY, 1988). As estimações não enviesadas deixaram esse achado evidente (GELMAN e KING, 1990).

Seja como for, a maior parte da literatura acredita que a peculiaridade do aspirante à reeleição é estar ocupando um cargo no momento da disputa. Na prática, isso significa que o desempenho eleitoral dos incumbentes está vinculado ao candidato e não ao partido. Cox e Morgenstern (1995) afirmaram que existem duas formas clássicas de medir a vantagem dos incumbentes sobre os demais candidatos: 1) em termos de votos e 2) em termos de probabilidade de vitória. Na primeira, a medida representa a diferença do desempenho eleitoral de um candidato em dois momentos – quando era desafiante e na luta pela renovação do mandato. Na segunda, ela expressa a diferença de probabilidade de vitória de um mesmo candidato nas duas situações como desafiante e como incumbente (COX e MORGENSTERN, 1995)<sup>9</sup>.

Há um ponto de convergência entre essas medidas: distritos uninominais com disputas majoritárias. Em geral, os estudos analisam distritos que contam apenas com dois candidatos, na maioria das vezes, um incumbente e um desafiante. Esse cenário acabou concentrando a análise da reeleição em distritos majoritários uninominais (COX e MORGENSTERN, 1995).

Todavia, há exceções a regra dentro e fora dos Estados Unidos. Jewell e Breaux (1988) analisaram a reeleição parlamentar para os legislativos estaduais de distritos uni e multinominais. Eles esperavam mostrar que o crescimento da vantagem dos mandatários também se registrava no nível estadual. Entretanto, acabaram evidenciando que características referentes ao orçamento e ao nível de profissionalização dos legislativos estaduais tinham efeito significativo no desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição. Adicionalmente,

<sup>9</sup> Cox e Morgenstern (1995), afirmam que em termos de probabilidade de vitória o estudioso deve fazer um exercício de simulação, comparar probabilidade de vitória do incumbente com a mesma medida caso ele não tivesse esse *status*. Duas referências são imprescindíveis para pensar esses métodos: Erickson (1971) e Jacobson (1987).

Weber, Tucker e Brace (1991) examinaram a mudança no padrão de competição eleitoral nos estados. Com esse intuito, identificaram uma correlação negativa entre a ocorrência de eleições apertadas e a vantagem eleitoral dos incumbentes. Além disso, desenvolveram uma explicação baseada nos atributos dos incumbentes, na institucionalização e na performance dos Legislativos e no redesenho dos distritos eleitorais. Mais tarde, Cox e Morgenstern (1995) observaram que o crescimento da vantagem dos candidatos à reeleição também é uma realidade nos distritos multinomiais. Entretanto, constataram que a taxa média da vantagem eleitoral deles era substantivamente menor nesses distritos. Cox e Morgenstern (1995) chamaram a atenção para as adaptações que precisam ser feitas para análise de distrito multinomiais. A principal delas deve-se a impossibilidade de restringir a análise apenas a eleições apertadas.

Hirano e Snyder (2009) também analisaram o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição no nível estadual. Teoricamente, o objetivo principal deles era estimar a magnitude de três componentes da vantagem dos incumbentes: 1) benefícios do cargo; 2) qualidade dos incumbentes e 3) queda da qualidade dos desafiantes. Hirano e Snyder (2009) desenvolveram um desenho de pesquisa que salientava as características dos distritos multinomiais. Para tanto, controlaram o fato de correligionários competirem sob condições semelhantes: no mesmo distrito, no mesmo tempo e contra os mesmos oponentes.

Um passo a mais nessa debate é análise do desempenho eleitoral dos incumbentes em sistemas de representação proporcional. Em geral, esses estudos mostram que os candidatos à reeleição parlamentar apresentam vantagens menores. Esse quadro é mais evidente em países emergentes (LINDEN, 2004; UPPAL, 2009; TITIUNIK, 2011; DE MAGALHÃES 2012; KLAŠNJA e TITUNIK, 2013). Golden e Picci (2014) analisaram o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição parlamentar na Itália. Eles focaram o período pós-segunda guerra mundial (com representação proporcional) e dois partidos: o dominante no período (Democracia Cristã) e o pequeno partido Socialista. Particularmente, Golden e Picci (2014) estavam interessados em dois fenômenos: vantagem eleitoral dos candidatos à reeleição e probabilidade deles serem relistados pelos partidos. Para investigar ambos, eles inovaram no foco da análise (desempenho individual dos candidatos) e na técnica utilizada (regressão linear descontinuada).

Em resumo, existem diferentes medidas para mensurar a vantagem dos incumbentes. A magnitude dos distritos e as regras eleitorais são elementos que incrementam a discussão. Geralmente, os especialistas são unânimes ao afirmar a necessidade dos estudos abrangerem contextos diferentes do tradicional: bipartidário, uninominal e majoritário. Mas advertem sobre a necessidade de adaptar as medidas a variações na magnitude dos distritos e nas regras eleitorais (KING, 1991; COX e MORGENSTERN, 1995; GOLDEN e PICCI, 2014).

## 2. O DEBATE BRASILEIRO

No Brasil, a primeira controvérsia refere-se à relevância da reeleição parlamentar. Segundo Samuels (2000), o tema que merece destaque aqui é a renovação e não reeleição. Dados levantados por ele indicam que cerca de 50% da Câmara dos Deputados é renovada a cada legislatura. Por isso, acredita que os esforços devem ser concentrados em investigar as razões da debandada (SAMUELS, 2000, 2003)<sup>10</sup>. Contrariamente, Leoni, Pereira e Rennó (2003; 2004) afirmam que no Brasil a taxa de reeleição parlamentar é significativamente mais alta que em outros países da América Latina. Por isso, ela é suficiente importante para não ser ignorada.

Cada uma dessas opiniões constitui um lado do debate. Claramente, é possível identificar dois: 1) tese do trampolim e a 2) reeleição em ascensão.

### 2.1 A tese do trampolim

O argumento central da tese do trampolim é que ambição política dos deputados é predominantemente "extra-legislativa". Segundo Samuels (2000) a razão central para isso tem origem em dois fatores principais: 1) baixo poder atrativo do Legislativo e 2) alta vulnerabilidade eleitoral dos aspirantes à reeleição. O primeiro fator resulta de uma excessiva concentração de poder nas mãos do Executivo, quer seja federal, quer seja estadual ou municipal. Não sem razão, a maioria dos especialistas aponta o grau de centralização dos trabalhos na Câmara dos Deputados e a capacidade do Executivo controlar a agenda legislativa como características marcantes do sistema de governo brasileiro (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2001; AMORIM e SANTOS, 2003; AMORIM e TAFNER, 2002; SANTOS, 2003; CAREY e SHUGART, 1995). Segundo Santos (2003), a centralização desmotiva a construção de uma carreira parlamentar e o controle exógeno da agenda reduz o papel do Legislativo na formulação das políticas públicas. Ambos os aspectos tornam a permanência no Legislativo menos atraente para os deputados (SAMUELS, 2000).

Adicionalmente, a vulnerabilidade eleitoral deriva fundamentalmente do sistema de representação proporcional por lista aberta (RPLA). A disputa por recursos e espaço na mídia é quase proibitiva, uma vez que todos concorrem contra todos. São 513 deputados disputando uma fatia pequena de recursos. Além disso, a magnitude dos distritos contribui para obscurecer os créditos pelas boas ações. Para Samuels (2002), há sempre um conjunto muito amplo de atores dispostos a reclamar os créditos pela provisão de benefícios. Portanto, não é fácil para o eleitor separar o "joio do trigo". Vale acrescentar que a fragilidade dos partidos é um aspecto importante da fraqueza dos candidatos à reeleição no Brasil. Primeiro, torna a disputa eleitoral mais franca. Não existe uma lista eleitoral que proteja os candidatos à reeleição da concorrência dos colegas (correligionários ou não). Além disso, nada garante aos

---

<sup>10</sup> Silva Júnior e Figueiredo Filho (2012), retratando o período de 1990 a 2006 identificaram a mesma magnitude, média de 50% de renovação.

aspirantes à reeleição uma maior capacidade de arrecadação de fundos para a campanha (SAMUELS, 2001b; SPECK, 2010). Portanto, o sistema eleitoral brasileiro fragiliza os aspirantes à reeleição por três razões básicas: 1) eles aparecem em posição de igualdade com os demais candidatos na lista eleitoral; 2) a magnitude dos distritos torna possível a disputa entre incumbentes e 3) não existem regras que garantam maior arrecadação de fundos de campanha para eles. Em resumo, no Brasil o sistema de governo torna o Legislativo pouco atraente e o sistema eleitoral fragiliza o candidato à reeleição. Segundo os adeptos da “tese do trampolim” esses dois aspectos explicam o baixo nível de reeleição parlamentar e alto índice de renovação do Legislativo brasileiro.

## 2.2 - A reeleição em ascensão

Pode-se dizer que essa corrente se constrói em contraponto a anterior. O principal argumento é que a reeleição parlamentar não é um fenômeno desprezível no Brasil (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003; 2004 PEREIRA e RENNÓ, 2003). Pelo contrário, o número de parlamentares que decidem lutar pela reeleição é maior que em outros países da América Latina (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003). Portanto, essa corrente busca principalmente determinar as motivações para a renovação do mandato (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003; 2004; PEREIRA e RENNÓ, 2003; BOTÉRO e RENNÓ, 2007). Adicionalmente, alguns trabalhos se concentram em identificar as variáveis que alteram a probabilidade de reeleição dos deputados (PEREIRA e RENNÓ, 2001; 2007).

Para Leoni, Pereira e Rennó (2003) a escolha do tipo de ambição separa o querer e o poder. O deputado analisa os custos e riscos envolvidos em cada ambição. A decisão depende da postura do parlamentar diante do risco e da sua auto-avaliação sobre a performance no cargo (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003; 2004; PEREIRA e RENNÓ, 2003). A reeleição se torna mais atraente quanto menos arriscada for a disputa. Portanto, todo o cálculo está baseado em variáveis que supostamente influenciam a probabilidade de reeleição. Por isso, Pereira e Rennó (2001; 2007) buscaram identificar o efeito de variáveis de diferentes níveis (nacional, local) nessa probabilidade<sup>11</sup>. Em todos os trabalhos, existe um esforço para evidenciar os atributos do mandato legislativo que importam para conquista da reeleição. Em especial, a influência das emendas ao orçamento apresentadas/aprovadas pelos deputados (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003; 2004; PEREIRA e RENNÓ, 2007)<sup>12</sup>. Em resumo, essa corrente enfrenta o diagnóstico apresentado pela “tese do trampolim” a partir de três assertivas: 1) a reeleição parlamentar não é um fenômeno desprezível no Brasil; 2) os riscos e os custos da disputa para

---

<sup>11</sup> Pereira e Rennó (2007) criaram uma classificação diferente para as variáveis e acrescentam a dimensão pessoal. No entanto, essa iniciativa representa apenas o acréscimo da variável *Prefeito* no modelo estimado por eles.

<sup>12</sup> O destaque para as emendas orçamentárias também se deve ao forte debate sobre o comportamento dos deputados brasileiros. Nesse campo, a questão é saber se existem razões para os parlamentares trocarem apoio ao executivo por liberação de emendas. Ver Figueiredo e Limongi (2001); Pereira (2000); Pereira e Mueller (2002; 2003); Santos (2003); Nicolau (2000); Ames (2003); Amorim e Santos (2001).

outros cargos tornam a reeleição atraente para muitos parlamentares e 3) alguns atributos do mandato parlamentar são decisivos para reeleição.

Não resta dúvida de que a discussão mais forte no Brasil é sobre a ambição política. Discute-se principalmente o poder de atração do Legislativo brasileiro. A pergunta não é sobre a vantagem dos incumbentes, mas se importa ser incumbente. Mais precisamente, quem resolve disputar a reeleição e por quê. Esse foco reduz os esforços para mensurar o fenômeno. Resultado: são escassas as discussões sobre a magnitude e as tendências da reeleição parlamentar no Brasil.

### 3. METODOLOGIA

De acordo com Golden e Picci (2014), o exame do desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição precisa considerar o contexto eleitoral e partidário. No Brasil, o sistema de representação proporcional por lista aberta e o multipartidarismo são elementos imprescindíveis para análise do fenômeno. Grande parte da literatura especializada acredita que esse contexto não é favorável aos incumbentes (LINDEN, 2004; UPPAL, 2009; TITIUNIK, 2011; DE MAGALHÃES 2012; KLAŠNJA e TITUNIK, 2013). Mesmo aqueles que admitem a importância dos atributos do mandato são obrigados a fazer ponderações. Não é possível negar que a grande magnitude dos distritos e a concorrência entre incumbentes dificulta a capacidade de creditar os benefícios prestados a base eleitoral (HIRANO e SNYDER, 2008). Mais que isso, não é possível ignorar a fragilidade dos partidos no comportamento eleitoral e na organização das campanhas (DE MAGALHÃES, 2012). Apesar disso, é preciso responder a algumas questões: os candidatos à reeleição levam vantagem na disputa eleitoral em relação aos desafiantes? O desempenho eleitoral deles é estável ou apresenta tendência ao longo do tempo?

Segundo Golden e Picci (2014), são raros os estudos sobre reeleição parlamentar em sistemas de representação proporcional por lista aberta. Ou melhor, são raros estudos que não se debruçam sobre distritos uninominais majoritários (TITIUNIK, 2011; DE MAGALHÃES, 2012; GOLDEN e PICCI, 2014). Dessa forma, cabe a realização de estudos exploratórios. Ou melhor, estudos que visem apenas apontar variáveis importantes, levantar hipóteses e novas questões (COOPER e SCHINDLER, 2003; LEVIN, FOX e FORD, 2004). Por isso, adotamos uma perspectiva exploratório-descritiva nesse trabalho<sup>13</sup>.

Precisamente, analisamos o desempenho eleitoral de todos os candidatos que concorrem as eleições para a Câmara dos Deputados no período pós-redemocratização (1990-2014). São sete pleitos e 30.352 candidaturas de 62 siglas partidárias. Em respeito as regras eleitorais e partidárias brasileiras fizemos algumas importantes opções metodológicas: 1) a votação será contabilizada em termos percentuais; 2) a unidade de análise são os candidatos;

---

<sup>13</sup> Grosso modo, isso significa que a análise não busca evidenciar relação de causalidade. Consequentemente, não oferece teste de hipótese formal.

3) o parâmetro do desempenho eleitoral é a distribuição dos votos no partido/coligação 4) o foco é nos candidatos a primeira reeleição e 5) as medidas analisadas são a segurança e o sucesso eleitoral desses candidatos. O quadro abaixo resume o nosso desenho de pesquisa:

**Quadro 1. Desenho de Pesquisa**

|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>População</b>  | Candidatos a deputado federal 1990-2014.   |
| <b>Questões</b>   | 1) os candidatos à reeleição levam vantagem na disputa eleitoral em relação aos desafiantes?<br>2) o desempenho eleitoral deles é estável ou apresenta alguma tendência ao longo do tempo? |
| <b>Hipótese</b>   | 1) o <i>status</i> de incumbente não exerce efeito sobre o desempenho eleitoral;<br>2) o desempenho eleitoral dos incumbentes não apresenta tendência de crescimento ao longo do tempo     |
| <b>Comparação</b> | Candidatos à Reeleição vs. Desafiantes; Candidatos à primeira reeleição vs. Desafiantes.   |
| <b>Técnicas</b>   | Estatística Descritiva e Análise de Séries Temporais.  |

Fonte: elaboração dos autores

Abaixo apresentamos as variáveis de interesse presentes no nosso banco de dados.

**Quadro 2. Lista de Variáveis**

| <b>Variável</b>            | <b>Definição</b>  | <b>Mensuração</b> |
|----------------------------|---|-------------------|
| Percentual de votos        | Percentual dos votos válidos recebido pelo candidato.   | Contínua          |
| <i>Status</i> do Candidato | Candidato está ou não tentando a reeleição (incumbente ou desafiante)   | Categórica        |
| Situação Eleitoral         | Se o candidato terminou o pleito como eleito, suplente ou não eleito.   | Categórica        |
| Taxa de Desistência        | Razão entre o número de parlamentares que resolveu não se candidatar à reeleição e o total de parlamentares multiplicado por cem. | Contínua          |

|                             |   |          |
|-----------------------------|---|----------|
| Taxa de Recandidatura       | Razão entre o número de parlamentares que resolveu se candidatar à reeleição e o total de parlamentares multiplicado por cem. | Contínua |
| Taxa de Segurança Eleitoral | Razão entre a média da votação do candidato perdedor mais bem votado e do candidato vencedor menos votado do mesmo partido.   | Contínua |
| Taxa de Reeleição           | Razão entre o número de incumbentes eleitos e os incumbentes candidatos multiplicado por cem.                                 | Contínua |

Fonte: elaboração dos autores.

O uso do percentual de votos válidos tenta reduzir o efeito da variação do tamanho do eleitorado por unidade federativa. Já o foco no candidato é recomendação da literatura. Segundo Golden e Picci (2013) essa é a melhor forma de analisar a reeleição parlamentar em um sistema de representação proporcional de lista aberta. A principal justificativa deve-se ao fato desse sistema favorecer a personalização da disputa eleitoral (CAREY e SHUGART, 1995). A utilização da coligação/partido como parâmetro deve-se ao fato do sucesso eleitoral no RPLA está vinculado a este agrupamento<sup>14</sup>. Para garantir a vitória, o candidato precisa pertencer a um partido/coligação que tenha conquistado ao menos uma cadeira e ser o mais votado do partido/coligação. Similarmente, há uma razão para separar candidatos à primeira reeleição dos demais. A análise conjunta de todos os candidatos à reeleição é passível de um forte viés de seleção (LEE, 2008). Em geral, os candidatos à reeleição (“veteranos”) são mais carismáticos, apresentam perfis melhores e possuem mais recursos. Adicionalmente, a análise de duas medidas justifica-se pela não correspondência entre ambas. Precisamente, a segurança eleitoral foi elaborada por Golden e Picci (2014) com a finalidade de mensurar reeleição em sistema de representação proporcional. Todavia, ela não representa o sucesso eleitoral dos candidatos. Por isso, optamos por analisar também a taxa de reeleição.

#### 4. RESULTADOS

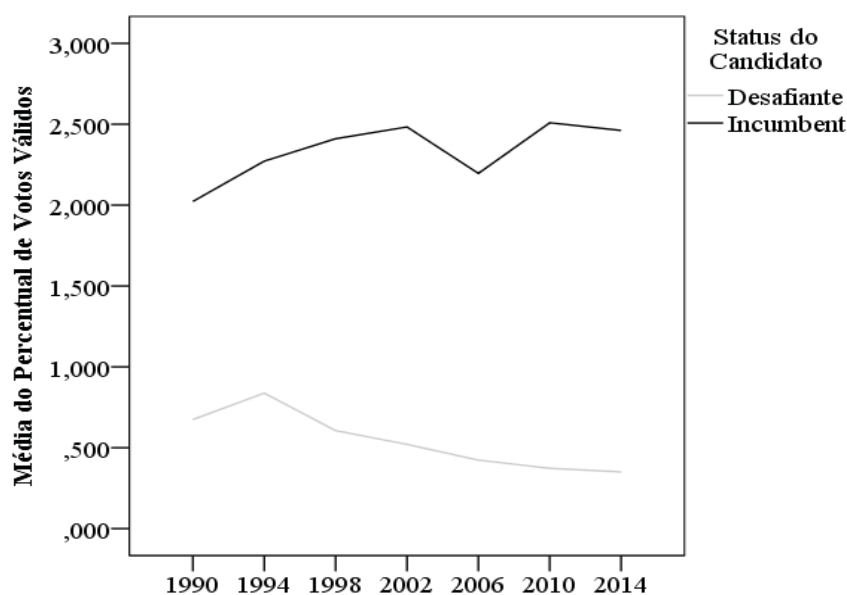
Em nome da perspectiva exploratória faremos a comparação direta entre incumbentes e desafiantes. Embora interessante, esse confronto apresenta algumas limitações no Brasil. A principal delas é o fato de que figuram dentre os desafiantes, desde candidatos com grandes chances de vitória até os que buscam apenas benefícios trazidos pela candidatura<sup>15</sup>. Ciente disso, procuramos melhorar a validade do exercício adotando duas medidas: 1) trabalhamos

<sup>14</sup> Para mais informações sobre o sistema eleitoral brasileiro ver Nicolau (2000; 2006).

<sup>15</sup> Por exemplo, de acordo com a Lei nº 9527 de 10.12.1997 o servidor público candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções tem direito ao afastamento remunerado a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao pleito.

apenas com desafiantes com *status* mínimo de suplente e 2) observamos apenas o percentual de votos válidos dos candidatos<sup>16</sup>. O gráfico abaixo ilustra a comparação.

Gráfico 1. Incumbentes vs. Desafiantes<sup>17</sup>



Fonte: TSE (2014)

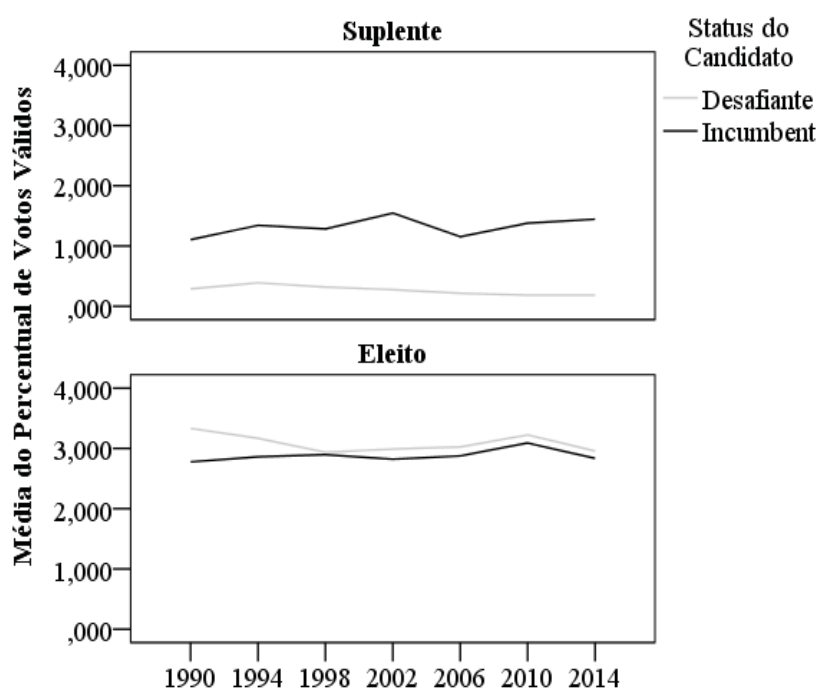
Não resta dúvida de que os candidatos à reeleição levam vantagem na disputa eleitoral. A curva dos incumbentes apresenta quatro acréscimos e duas reduções. Mais que isso, o valor final supera o inicial em 0,462 (22,84%). O comportamento da curva dos desafiantes é inverso. Apresenta um acréscimo e cinco reduções sucessivas. O valor final é inferior ao inicial em 0,315 (- 46,73%).

Para melhorar o quadro comparativo, uma medida adequada é restringir a análise a grupos semelhantes. Para tanto, controlamos a situação eleitoral dos candidatos e, na seqüência, o *status* inicial. Os gráficos abaixo ilustram as comparações:

<sup>16</sup> A medida tenta filtrar a qualidade dos candidatos.

<sup>17</sup> Apenas os desafiantes que obtiveram *status* de suplente ou foram eleitos.

Gráfico 2. *Status* do Candidato por Situação Eleitoral

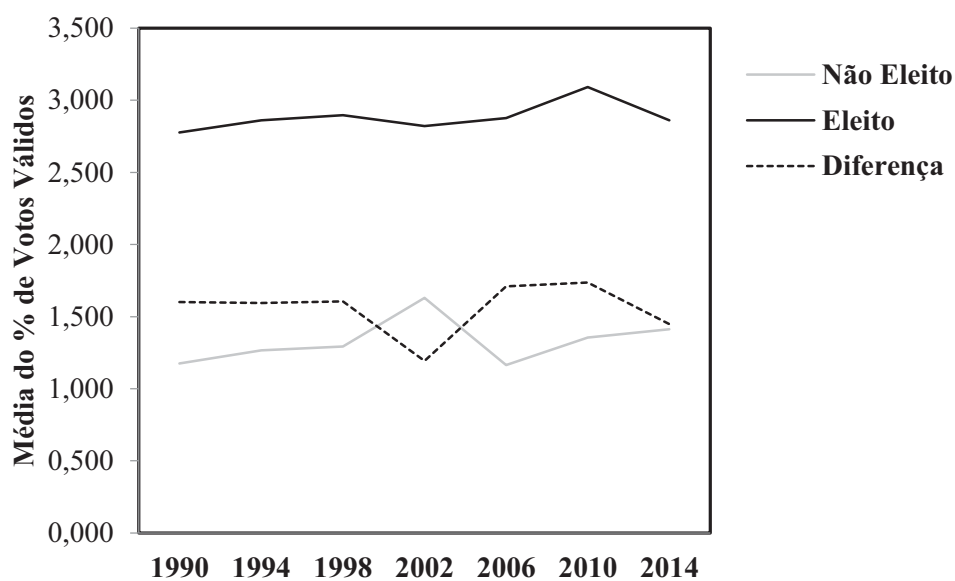


Fonte: elaboração dos autores a partir de TSE (2014)

Entre os candidatos que terminaram a disputa como suplentes, a vantagem dos incumbentes é incontestável. Para os incumbentes suplentes, a curva apresenta algumas oscilações ao longo do período, mas os valores se mantêm acima de 1%. Para os desafiantes de situação semelhante, a curva demonstra quedas sucessivas na média desde 1994, os valores figuram sempre abaixo de 0,5%. Dentre os eleitos, a média do percentual de votos dos candidatos à reeleição é menor que a dos desafiantes em toda a série. Em média, o desempenho eleitoral dos incumbentes eleitos é menor 0,208 pontos. Vale acrescentar que a diferença são maiores nos pleitos iniciais.

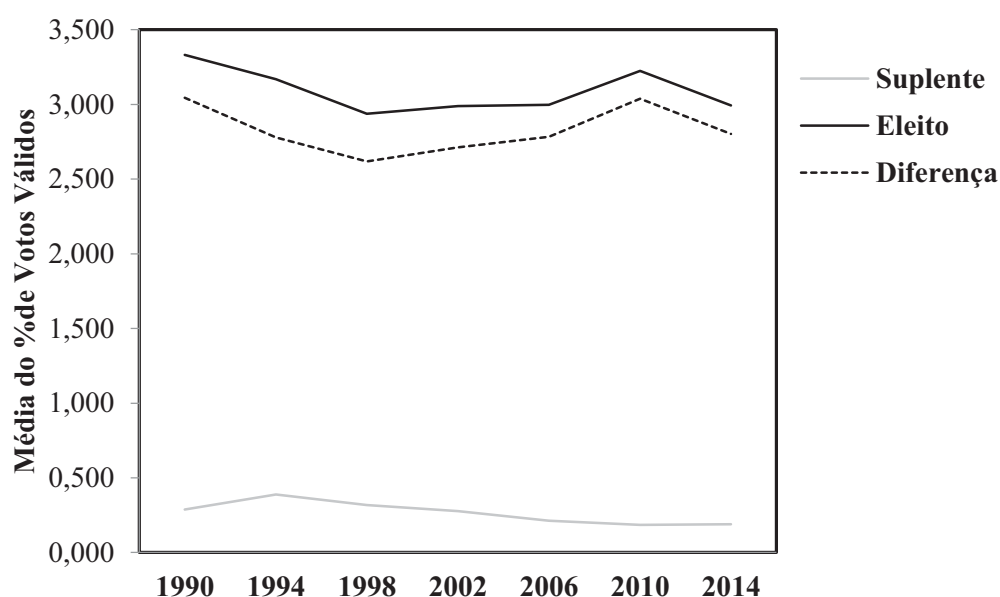
Para encerrar essa primeira incursão exploratória, cabe observar a diferença de desempenho entre candidatos com o mesmo *status* e situações eleitorais finais distintas. Mais precisamente, incumbentes eleitos e não eleitos e Desafiantes eleitos e suplentes.

**Gráfico 3.** Incumbentes Eleitos vs. Não Eleitos



Fonte: elaboração dos autores a partir de TSE (2014)

**Gráfico 4.** Desafiantes Eleitos e Suplentes



Fonte: elaboração dos autores a partir de TSE (2014).

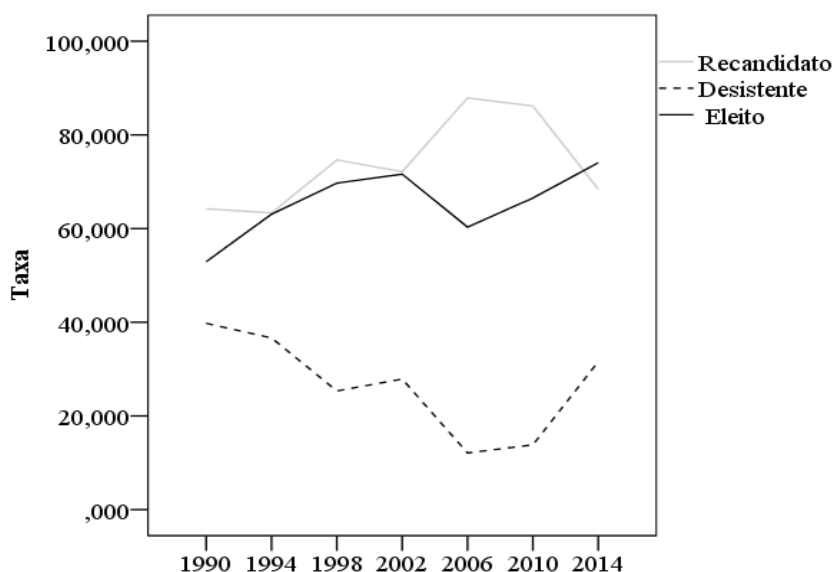
Quanto aos incumbentes, as maiores oscilações ocorrem na curva dos não eleitos, ela apresenta um coeficiente de variação de 12,06% enquanto a variação da curva dos eleitos não ultrapassa 3,5%<sup>18</sup>. Adicionalmente, a maior diferença entre os grupos é registrada no pleito de 2010 (1,73) e a menor em 2002 (1,19). A diferença média gira em torno de 1,55 pontos. Para os desafiantes, a curva dos eleitos apresenta as oscilações mais acentuadas. Nesse grupo, a maior diferença é registrada no início da série (3,04) e a menor em 1998 (2,62). A diferença média gira em torno de 2,82 pontos.

Em resumo, a análise exploratória serve para revelar alguns dados curiosos. Primeiro, o desempenho eleitoral dos incumbentes supera o dos desafiantes durante toda a série. Todavia, parte desse sucesso parece dever-se ao desempenho dos candidatos que terminaram a disputa como suplentes. Os suplentes incumbentes tem um desempenho maior que os suplentes desafiantes. Quando agregado, essa diferença melhora o desempenho dos incumbentes e faz o contrário com os desafiantes. Segundo, a diferença entre os candidatos à reeleição eleitos e não eleito varia principalmente em função da curva dos últimos.

Esses achados levantam dúvida sobre a interpretação substantiva do desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição. Afinal, o crescimento da média do percentual de votos reflete o aumento do sucesso eleitoral desses candidatos? A resposta pode ser oferecida pela taxa de reeleição do período. Para complementar, acrescentamos ainda a taxa de desistência e de recandidatura. Isso porque a literatura sugere que parte da reeleição é explicada pela ambição política enviesada para outros cargos. O gráfico abaixo ilustra a distribuição das taxas.

<sup>18</sup> Tabelas com detalhes sobre os cálculos estão disponíveis nos anexos.

**Gráfico 5.** Desistência, Recandidatura e Reeleição



Fonte: elaboração dos autores a partir de TSE (2014).

A curva da reeleição é a que apresenta a menor variação no período ( $CV = 10,33\%$ )<sup>19</sup>. Em toda a série, a taxa de reeleição sofre cinco acréscimos e uma redução. A taxa apresenta crescimento de 39,91% se considerarmos os valores inicial e final da série. Contrariamente, a curva da desistência é a que registra a maior variação no período ( $CV = 36,75\%$ ). A taxa de desistência sofre três acréscimos e três reduções. Todavia, a taxa apresenta redução de 20,57% se considerarmos os valores inicial e final da série. Vale informar, a correlação entre a taxa de reeleição e de recandidatura é praticamente nula ( $r = 0,036$ ), já com a de desistência é fraca e negativa ( $r = -0,107$ ). Na prática, isso significa que a taxa de reeleição não pode ser explicada pelas demais<sup>20</sup>.

### Medidas Específicas

Não há dúvidas de que a análise da reeleição parlamentar em sistema de RPLA exige adaptações. De acordo com Golden e Picci (2013), o grande desafio é saber a preferência eleitoral mínima para a conquista da vaga. Parte da variação desse patamar deve-se a magnitude dos distritos e do sistema partidário. A solução proposta por Golden e Picci (2014) corresponde a uma média de duas medidas: 1) votação do candidato derrotado mais bem votado (maior perdedor) do partido  $x$  e 2) votação do candidato vencedor menos votado (menor vencedor) do partido  $x$ . A razão entre a votação dos candidatos e essa média constitui a *success ratio* (GOLDEN e PICCI, 2014). Aqui replicaremos essa metodologia com duas

<sup>19</sup> Os valores dos coeficientes de variação, outras medidas e os valores detalhados estão disponíveis nos anexos.

<sup>20</sup> Encontra disponível nos anexos uma tabela com todas as correlações entre as taxas.

alterações: 1) utilizaremos o percentual de votos válidos ao invés do número de votos e 2) utilizaremos a coligação e não o partido como referência. O gráfico abaixo apresenta a distribuição do que chamamos de *taxa de segurança eleitoral* no período analisado.

**Gráfico 6.** Taxa de Segurança Eleitoral dos Incumbentes



Fonte: elaboração dos autores a partir de TSE (2014).

Seis dos sete valores estão abaixo de 1,0, ou seja, abaixo da média da segurança eleitoral. Entretanto, ao longo da série são registrados quatro acréscimos e duas reduções. Mais que isso, a taxa apresenta crescimento de 19,41% se considerado apenas os valores inicial e final da série. No entanto, a singularidade dessa curva parece ser a estabilidade. A variação da taxa no período não ultrapassa os 6% (CV = 5,96%).

Mas afinal, os candidatos à reeleição levam vantagem na disputa eleitoral? O desempenho eleitoral deles é estável ou apresenta tendência ao longo do tempo? Para começar a responder precisamos fazer ainda duas alterações na metodologia. Segundo Cox e Morgensten (1995), a melhor forma de mensurar o desempenho eleitoral dos incumbentes é comparar os mesmos candidatos em *status* diferentes. Para explicar, comparar o desempenho deles como desafiantes com o desempenho dos mesmos como incumbentes. Para tanto, eles indicam o seguinte exercício de simulação: considerar no pleito atual o desempenho eleitoral do pleito anterior. Dessa forma, restringiremos a análise aos candidatos a primeira reeleição e calculamos a taxa de segurança eleitoral deles utilizando o desempenho eleitoral atual e anterior. O objetivo central é observar quais alterações ocorreriam na taxa caso os incumbentes tivessem repetido o desempenho eleitoral anterior. O gráfico abaixo ilustra o resultado do exercício.

**Gráfico 7.** Taxa de Segurança Eleitoral por Performance



Fonte: elaboração dos autores a partir de TSE (2014).

Em quatro dos setes pleitos, a média da segurança eleitoral dos incumbentes superaria a mesma medida caso eles tivessem repetidos seu desempenho anterior. Ou seja, em três eleições (1994-1998-2014) o desempenho médio dos candidatos seria melhor se tivessem repetido sua performance. As duas curvas apresentam variações muito próximas (CV = 12,99% e 13,23%, respectivamente) e ambas registram redução na segurança eleitoral se considerados apenas os valores dos pleitos inicial e final da série. Todavia, a situação é mais severa considerando a performance enquanto incumbente (-25,11 % contra -15,27%). Em resumo, os

dados sinalizam que há pouca diferença entre as performances. Na média, o exercício do mandato nem sempre torna os candidatos mais assegurados da vitória.

Como se trata de uma média, naturalmente há uma variação implícita nos dados. Mais que isso, nesse nível de agregação fica difícil concluir algo sobre o resultado da simulação. Dessa forma, resolvemos recorrer à taxa de reeleição ao invés da segurança. Afinal, os candidatos à primeira reeleição venceriam mais caso repetissem a performance da primeira disputa? O gráfico abaixo ilustra a resposta.

**Gráfico 8.** Taxa de Reeleição por Performance



Fonte: elaboração dos autores a partir de TSE (2014)

A performance enquanto incumbente garante uma taxa de reeleição maior durante toda a série. A curva das performances tem comportamento opostos se considerado apenas os valores final e inicial da série: a dos incumbentes registra um crescimento de 7,81 pontos (11,81%) a dos desafiantes uma redução de 20,90 pontos (-36,37%). A diferença maior entre as duas é registrada no pleito de 2014 (37,42) e a menor 1990 (8,71). Em resumo, a análise

revela que os incumbentes melhoram seu desempenho eleitoral na disputa pela reeleição (em contraposição a quando disputaram a primeira vez como desafiantes).

Esse resultado aponta para o que Jacobson (1987) já havia advertido para o contexto americano. A análise do desempenho eleitoral pelos votos não corresponde ao exame da reeleição. Quando examinado a média do percentual de votos há dúvidas sobre a vantagem dos incumbentes, mas elas se dissipam ao examinarmos a taxa de reeleição. Em resumo, pode-se afirmar que a resposta à primeira questão desse texto é positiva: os incumbentes levam vantagem na disputa eleitoral em relação aos desafiantes<sup>21</sup>.

### **Série Temporal**

Para examinar a dinâmica do desempenho eleitoral dos *incumbentes* recorreremos aos modelos de séries temporais. De acordo com Stock e Watson (2004), a principal hipótese de um modelo de regressão de séries temporais é que o futuro será como o passado (estacionaridade). Portanto, é preciso observar se as propriedades estatísticas (média e variância) do conjunto de dados são constantes no tempo. Mais que isso, é necessário observar se a covariância entre valores defasados da série depende apenas da distância temporal entre eles. Séries estacionárias apresentam covariâncias menores entre observações mais afastadas no tempo (STOCK e WATSON, 2004; TABACHNICK e FIDELL, 2007).

Para manter a metodologia próxima da proposta por Golden e Picci (2014) e Cox e Morgensten (1995), iniciamos a análise focando a taxa de segurança eleitoral dos candidatos à primeira reeleição. A princípio apresentamos a série temporal da taxa, as auto-correlações e o resultado de alguns testes formais. Segue gráfico e tabelas com esses dados:

### **Gráfico 9. Taxa de Segurança Eleitoral dos Incumbentes**

---

<sup>21</sup> Como essa assertiva é baseada em um exercício de simulação, não é possível saber até que ponto esse sucesso é garantido apenas pela performance eleitoral do incumbente. Seguramente, parte da diferença entre as taxas de reeleição por performance deve-se a mudanças no contexto eleitoral (volatilidade, coligações, etc.).



Fonte: elaboração dos autores a partir de TSE (2014).

**Tabela 1.** Autocorrelações

| Defasagem | Fator Autocorrelação | P-valor |
|-----------|----------------------|---------|
| 1         | -0,044               | 0,885   |
| 2         | -0,241               | 0,685   |
| 3         | -0,001               | 0,860   |
| 4         | -0,042               | 0,939   |
| 5         | -0,122               | 0,939   |
| 6         | -0,118               | 0,964   |

Fonte: elaboração dos autores a partir de TSE (2014).

**Tabela 2.** Testes de Raiz Unitária<sup>22</sup>

| Testes | Valores  | p valor      |
|--------|----------|--------------|
| ADF    | -9,05311 | 0,000        |
| KPSS*  | 0,294875 | p ><br>0,100 |

\*valores críticos = 0,377 (10%), 0,527 (5%) e 0,602 (1%)

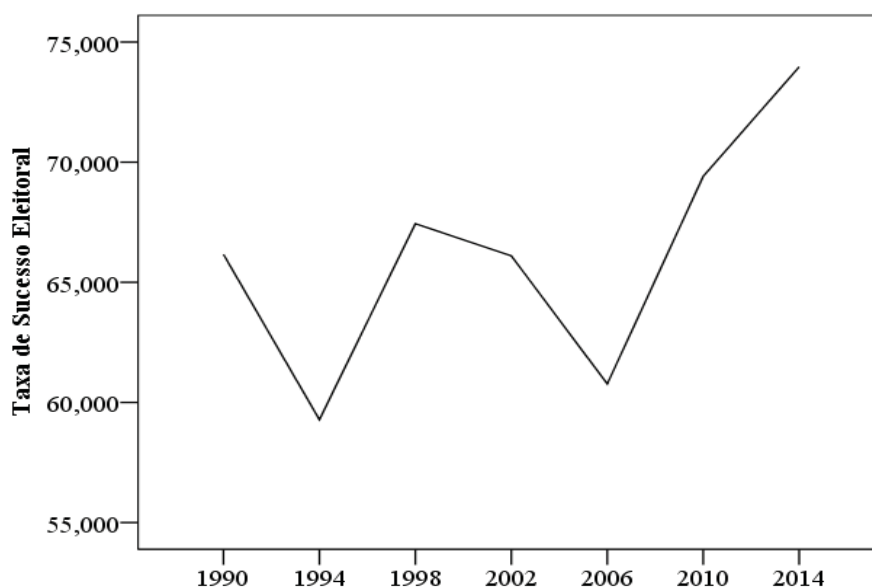
Segundo Stock e Watson (2004), tendências em séries temporais podem ser detectadas por métodos informais e formais. No primeiro caso, o indicado é observar o valor do primeiro coeficiente de autocorrelação e o comportamento da série. Caso o coeficiente seja menor que 1 e não haja tendência aparente pode-se concluir que a série é estacionária. Quanto aos métodos formais, o indicado é observar o resultado de testes estatísticos.

A série da taxa de segurança obedece ao primeiro critério informal (FAC = -0,044), mas deixa dúvidas quanto ao segundo. Precisamente, há uma queda acentuada entre o primeiro e segundo valor e uma recuperação ao final. Entretanto, o método formal não deixa dúvida e aponta a estacionaridade da série. O ADF aponta possibilidade de rejeição da hipótese nula de presença de uma raiz unitária. Ou seja, autoriza a afirmação de que a série é estacionária. Já o KPSS não autoriza a rejeição da hipótese nula de que a série é estacionária. Ou seja, exige aceitação do contrário.

Em termos substantivos, isso significa que a segurança eleitoral dos candidatos à primeira reeleição não apresenta tendência. Por essa medida, pode-se dizer que o desempenho eleitoral deles é estável durante a redemocratização. Todavia, antes de qualquer conclusão é preciso analisar a dinâmica da taxa de reeleição. Como visto na seção anterior, uma taxa não pode ser resumida pela outra. Por isso, apresentamos a série temporal da taxa sucesso, as auto-correlações e o resultado de alguns testes formais.

### **Gráfico 10.** Reeleição dos incumbentes

<sup>22</sup> Segundo Bueno (2008), o poder do teste de Dikey-Fuller Aumentado (ADF) varia conforme o tamanho da amostra. Em amostras pequenas o teste pode não conseguir rejeita a hipótese nula de existência de raiz unitária. Por essa razão, apresentamos também os resultados do teste de Kwiatkowski-Phillips-Schmidt-Shin (KPSS).



Fonte: elaboração dos autores a partir de TSE (2014).

**Tabela 3.** Autocorrelações

| Desfasagem | Fator Autocorrelação | P-valor |
|------------|----------------------|---------|
| 1          | -0,0045              | 0,988   |
| 2          | -0,3258              | 0,512   |
| 3          | 0,2726               | 0,474   |
| 4          | -0,0827              | 0,618   |
| 5          | -0,3594              | 0,242   |
| 6          | -0,0001              | 0,347   |

Fonte: elaboração dos autores.

**Tabela 4.** Testes de Raiz Unitária<sup>23</sup>

| Testes | Valores  | p valor |
|--------|----------|---------|
| ADF    | -2,27873 | 0,4451  |

<sup>23</sup> Ver nota anterior.

|       |          |             |
|-------|----------|-------------|
| KPSS* | 0,361769 | $p > 0.100$ |
|-------|----------|-------------|

\*valores críticos = 0,377 (10%), 0,527 (5%) e 0,602 (1%)

Fonte: elaboração dos autores.

Novamente, a série obedece ao primeiro critério informal (FAC = -0,044), mas deixa dúvidas quanto ao segundo. Precisamente, há um crescimento acentuado se considerado as três últimas observações da série. Entretanto, o método formal não autoriza afastar por completo a hipótese de estacionaridade da série. Por um lado, o ADF aponta impossibilidade de rejeição da hipótese nula de presença de uma raiz unitária. Ou seja, não autoriza a afirmação de que a série é estacionária. Mas, o KPSS não autoriza a rejeição da hipótese nula de que a série é estacionária. Ou seja, exige aceitação da hipótese de que ela é estacionária.

Dada à controvérsia dos testes, três argumentos estatísticos devem ser lembrados para concluirmos sobre a dinâmica da série. Primeiro, Bueno (2008) adverte que o poder do teste ADF varia conforme o tamanho da amostra. Em amostras pequenas o teste pode não conseguir rejeitar a hipótese nula de existência de raiz unitária. Segundo, Stock e Watson (2004) observam que o teste de ADF não possui distribuição normal, mesmo em amostras grandes. Isso significa que os valores críticos da normal não podem ser utilizados para testar a hipótese de raiz unitária com esse teste. Para eles, a hipótese da raiz unitária deve ser rejeitada ao nível de significância de 5% se a estatística ADF for menor que -2,86. Valor pouco acima do que encontramos na pequena série da taxa de sucesso eleitoral. Por fim, Gujarati e Porter (2008) afirmam que se a série temporal tem raiz unitária, as primeiras diferenças (variações entre as observações) são estacionárias. Todavia, ao fazermos um teste com essas diferenciações o ADF (-2,60517  $p = 0,3095$ ) recomenda a rejeição da hipótese nula (da presença de estacionaridade).

Em resumo, o diagnóstico mais seguro é da estacionaridade da série. Portanto, não é possível dizer que a taxa de reeleição tem alguma tendência no período da redemocratização. Assim como a taxa de segurança eleitoral, a taxa de reeleição tem patamares estáveis ao longo do período.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura especializada aponta a baixa frequência de estudos sobre reeleição em distritos de grande magnitude. A situação é ainda mais grave quando o sistema utiliza a representação proporcional. De qualquer modo, alguns estudos existentes apostam na dificuldade dos incumbentes conquistarem a reeleição. Em geral, acredita-se que o personalismo e a fragilidade dos partidos na organização das campanhas acirram a disputa e enfraquecem os incumbentes. Por outro lado, outro grupo de estudos indicam que a reeleição parlamentar não é um fenômeno desprezível no Brasil, seja pelos altos custos de disputar outros cargos, seja pelos recursos decisivos à reeleição que o incumbente tem acesso.

Levando em conta esse debate as duas hipóteses levantadas para orientar nossa investigação aposta na fragilidade dos incumbentes e na estabilidade do desempenho eleitoral deles. Nesse trabalho, nosso propósito não era testá-las formalmente. Por isso, fizemos apenas uma análise exploratória-descritiva dos dados. Em suma, as usamos como instrumentos que guiariam nossa estratégia empírica exploratória.

Precisamente, buscamos responder a duas questões: 1) os candidatos à reeleição levam vantagem eleitoral em contraposição aos desafiantes? 2) o desempenho eleitoral deles é estável ou apresenta alguma tendência ao longo do tempo? Quanto a primeira, os indícios apontam para uma resposta positiva. Mais especificamente, a taxa de reeleição é maior ao considerar o desempenho dos incumbentes na disputa pela primeira reeleição. Caso eles repetissem sua performance como desafiantes (eleição anterior) amargariam mais derrotas. Isso significa que eles acabam melhorando seu desempenho ao se tornarem incumbentes. Para a segunda questão, os indícios apontam para estabilidade da série. Os testes formais afastam a possibilidade da presença de uma raiz unitária, consequentemente, aponta a estacionaridade da série. Esse resultado é válido para as séries de ambas as taxa (de segurança e de reeleição).

Em resumo, a análise dos resultados assinala uma vantagem estável dos candidatos à reeleição. Todavia, não oferecemos testes formais dessa vantagem. Da mesma forma, ignoramos a variação geográfica e partidária das taxas. Isso significa que há muito a ser investigado. Afinal, o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição é significativamente diferente em Pernambuco e em São Paulo? Que partidos favorece mais seus incumbentes? Qual o peso da política de coligação na sorte desses candidatos? Qual o peso dos incumbentes na competição eleitoral? Essas e outras questões continuam em aberto.

## REFRÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, L. F.; SAMUELS, D. A Nova Política dos Governadores. *Lua Nova*, n. 40/41, p. 138–326, 1997.

ABRUCIO, LUIZ F. “O Ultra-Presidencialismo Estadual”. In: R. ANDRADE (Ed.). *Processo de Governo no Município e no Estado*. São Paulo: Edusp, 1998.

ALFORD, JOHN R; BARDY, DAVID W. “Personal and Partisan Advantage in U.S. Congressional Elections, 1846–1986” In: LAWRENCE DODD; BRUCE OPPENHEIMER (Eds.). *Congress Reconsidered*. Washington: CQ Press, 1989.

AMES, B. Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress. *The Journal of Politics*, v. 57, n. 2, p. 324–343, 1995.

AMES, B. *Os Entraves da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. Facções Pró e Anti-governo e Disciplina Partidária no Brasil. *Dados*, v. 44, n. 2, 2003.

AMORIM NETO, O.; TAFNER, P. Governos de Coalizão e Mecanismos de Alarme de Incêndio no Controle Legislativo das Medidas Provisórias. *American Political Science Review*, v. 45,, n. 1, p. 5–38, 2002.

BLALOCK, H. M. *Measurement in the social sciences: Theories and strategies*. Chicago, Illinois: Aldine Publishing Company, 1974.

BOTERO, F.; RENNÓ, L. Career Choice and Legislative Reelection. *Brazilian Political Science Review*, v. 1, n. 1, p. 102–124, 2007.

BUENO, R. L. S. *Econometria de séries temporais*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

CAREY, J. M.; SHUGART, M. S. Incentives to Cultivate a Personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas. *Electoral Studies*, v. 14, n. 4, p. 417–439, 1995.

COLLIE, MELISSA P. Incumbency, Electoral Safety, and Turnover in the House of Representatives, 1952- 1976. *American Political Science Review*, v. 75, p. 119–131, 1981.

COOPER, D. R. e SCHIDLER, P. S. *Métodos de Pesquisa em Administração*. Porto Alegre, Ed. Artemed. 2003.

COVER, ALBERT D. One Good Term Deserves Another: The Advantage of Incumbency in Congressional Elections. *American Journal of Political Science*, v. 21, p. 523–541, 1977.

COX, G. W.; MORGENSTERN, S. The Incumbency Advantage in Multimember Districts: Evidence from the U. S. States. *Legislative Studies Quarterly*, 3. v. 20, n. 3, p. 329 – 349, 1995.

COX, G. W; KATZ, J. N. *Elbridge Gerry's Salamander: The Electoral Consequences of the Reapportionment Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

COX, G. W; KATZ, J. N. Why Did the Incumbency Advantage in U.S. House Elections Grow? *American Journal of Political Science*, v. 40, n. 2, p. 478–497, 1996.

DANCEY, C.; REIDY, J. *Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows*. Porto Alegre: Artemed, 2006.

DE MAGALHÃES, L. "Incumbency Effects in Brazilian Mayoral Elections: A Regression Discontinuity Design." Working Paper No. 12/284, *Centre for Market and Public Organisation, University of Bristol*, 2012.

ERIKSON, R. S. The Advantage of Incumbency in Congressional Elections. *Polity*, v. 3, p. 395–405, 1971.

FEREJOHN, JOHN A. Incumbent Performance And Electoral Control. *Public Choice*, v. 50, p. 5–25, 1986.

FIGUEIREDO, ANGELINA C.; LIMONGI, FERNANDO. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 68, 2001.

GELMAN, A.; HUANG, Z. Estimating Incumbency Advantage and Its Variation, as an Example of a Before-After Study. *Journal of the American Statistical Association*, v. 103, n. 482, 2008.

GELMAN, A.; KING, G. Estimating Incumbency Advantage without Bias. *American Political Science Review*, v. 34, n. 4, p. 1142–1164, 1990.

GOLDEN, M.; PICCI, L. "Incumbency Effects under Proportional Representation: Leaders and Backbenchers in the Postwar Italian Chamber of Deputies" Unpublished paper, 2014.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. *Econometria básica*. Porto Alegre, 5 Ed. Bookman, 2001.

HAIR, JR *et al.* *Multivariate Data Analysis*. 6. ed. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2006.

HINCKLEY, B. House Reelections and Senate Defeats: The Role of the Challenger. *British Journal of Political Science*, v. 10, p. 441–460, 1980.

HIRANO, S.; SNYDER, J. M. Using Multimember District Elections to Estimate the Sources of the Incumbency Advantage, *American Journal of Political Science* 53: 292-306, 2009.

JACOBSON, GARY C. The Marginals Never Vanished: Incumbency and Competition in Elections to the U.S. House of Representatives, 1952–1982. *American Journal of Political Science*, v. 31, n. 1, p. 126–141, 1987.

JACOBSON, GARY C. *The Politics of Congressional Elections*. New York: Longman, 2001.

JEWELL, M. E.; BREAUX, D. The Effect of Incumbency on State Legislative Elections. *Legislative Studies Quarterly*, 4. v. 13, n. 4, p. 495 – 514, 1988.

KARSON, J. S. *Challengers, Competition, and Reelection*. New Haven: Yale University Press, 1994.

KING, G. Constituency service and incumbency advantage. *British Journal of Political Science*, v. 21, n. 1, p. 119–128, 1991.

KING, G. How not to lie with statistics: avoiding common mistakes in quantitative political science. Disponível em: <http://gking.harvard.edu/#>, 2001. Acesso em: 13 fev. 3013.

KING, G. Representation through Legislative Redistricting: A Stochastic Model. *American Journal of Political Science*, v. 33, n. 4, p. 787–824, 1989.

KLASÑJA, M.; TITUNIK, R.. "Incumbency Disadvantage in Weak Party Systems; Evidence from Brazil." Unpublished paper, 2013.

LEE, D. S. "Randomized Experiments from Non-Random Selection in U.S. House Elections." *Journal of Econometrics* 142: 675-97, 2008.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, v. 9, n. 1, p. 44–67, 2003.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Political Survival Strategies: Political Career Decisions in the Brazilian Chamber of Deputies. *Journal of Latin American Studies*, v. 36, p. 109–130, 2004.

LEVIN, J.; FOX, J. A.; FORD, D. R. *Estatística para Ciências Humanas*. 12ª Ed. - São Paulo: Pierson Education do Brasil, 2012.

LEVITT, S. D; WOLFRAM, C. D. Decomposing the Sources of Incumbent Advantage in The U.S. House. *Legislative Studies Quarterly*, v. 22, n. 1, p. 45–60, 1997.

LINDEN, L. L. "Are incumbents Really Advantaged? The Preference for Non-incumbents in Indian National Elections." Unpublished paper, 2004.

MAINWARING, S. P. *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MCKELVEY, R. D; REIZMAN, R. G. Seniority in Legislatures. *American Political Science Review*, v. 86, p. 951–965, 1992.

MCKELVEY, RICHARD D. Policy Related Voting and Electoral Equilibrium. *Econometrica*, v. 43, p. 815–843, 1975.

NICOLAU, JAIRO. Disciplina Partidária e Base Parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). *Dados*, v. 43, n. 4, 2000.

NICOLAU, JAIRO. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. *Dados*, v. 49, n. 4, p. 689–720, 2006.

NOVAES, C. A. M. Dinâmica institucional da representação? individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos Cebrap*, n. 38, p. 99–147, 1996.

PAYNE, J. L. The Personal Electoral Advantage of House incumbents, 1936- 1976. *American Politics Quarterly*, p. 465–482, 1980.

PEREIRA, C.; e RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Revista de Economia e Política*, v. 27, n. 4, p. 664–683, 2007.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro. *Dados*, v. 45, n. 2, p. 265–301, 2002.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil. *Dados*, v. 46, n. 4, p. 735–771, 2003.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Successful re-election strategies in Brazil: the electoral impact of distinct institutional incentives. *Electoral Studies*, v. 22, n. 3, p. 425–448, 2003.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 44, n. 2, p. 133–172, 2001.

SAMUELS, D. Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil. *Legislative Studies Quarterly*, v. 25, n. 3, p. 481–497, 2000.

SAMUELS, D. *Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SAMUELS, D. Money, Elections and Democracy in Brazil. *Latin American Politics and Society*, v. 43, n. 7, p. 27–48, 2001a.

SAMUELS, D. *Pork Barreling Is Not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of the Personal Vote in Brazil*. *Journal of Politics*, v. 64, n. 3, p. 845–863, 2001b.

SANTOS, F. *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SILVA JUNIOR, J. A. e FIGUEIREDO FILHO, D. B. O impacto das ondas de renovação sobre a profissionalização dos Deputados Federais (1999-2003). *Revista de Sociologia e Política*, v. 20 n. 42, 2012.

SPECK, B. Três ideias para oxigenar o debate sobre dinheiro e política no Brasil. *Debate*, v. 2, n. 3, p. 6 – 13, 2010.

STOCK, J. H.; WATSON, M. W. *Econometria*. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

TABACHNICK, B.; FIDELL, L. *Using multivariate analysis*. 6. ed. Needham Heights: Allyn & Bacon, 2007.

TITIUNIK, R.. "Incumbency Advantage in Brazil: Evidence from Municipal Mayor Elections." Unpublished paper, 2011.

WEBER, R. E.; TUCKER, H. J.; BRACE, P. Vanishing Marginals in State Legislative Election. *Legislative Studies Quarterly*, v. 16, p. 29–47, 1991.

ZELLER, R. A; CARMINES, E. G. *Measurement in the social sciences: The link between theory and data*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

## ANEXOS

**Tabela 5 – Média do Percentual de Votos dos *incumbentes***

| <b>Ano</b> | <b>Não Eleito</b> | <b>Eleito</b> | <b>Diferença</b> |
|------------|-------------------|---------------|------------------|
| 1990       | 1,175             | 2,776         | 1,601            |
| 1994       | 1,266             | 2,861         | 1,595            |
| 1998       | 1,292             | 2,896         | 1,604            |
| 2002       | 1,629             | 2,821         | 1,192            |
| 2006       | 1,164             | 2,875         | 1,711            |
| 2010       | 1,355             | 3,090         | 1,735            |
| 2014       | 1,412             | 2,860         | 1,448            |
| Média      | 1,328             | 2,883         | 1,555            |
| Desvio     | 0,160             | 0,099         | 0,185            |
| CV         | 12,066            | 3,449         | 11,918           |

Fonte: elaboração dos autores a partir de TSE (2014)

**Tabela 6. Média do Percentual de Votos dos Desafiantes**

| <b>Ano</b> | <b>Suplente</b> | <b>Eleito</b> | <b>Diferença</b> |
|------------|-----------------|---------------|------------------|
| 1990       | 0,289           | 3,332         | 3,043            |
| 1994       | 0,389           | 3,168         | 2,779            |
| 1998       | 0,319           | 2,937         | 2,618            |
| 2002       | 0,276           | 2,989         | 2,713            |
| 2006       | 0,213           | 2,998         | 2,784            |
| 2010       | 0,185           | 3,224         | 3,039            |
| 2014       | 0,190           | 2,992         | 2,802            |
| Média      | 0,266           | 3,091         | 2,825            |
| Desvio     | 0,074           | 0,149         | 0,159            |
| CV         | 28,121          | 4,836         | 5,653            |

Fonte: elaboração dos autores a partir de TSE (2014).

**Tabela 7.** Taxa de Desistência, Recandidatura e Reeleição

|        | Taxas       |                    |                            | Número      |                    |         |
|--------|-------------|--------------------|----------------------------|-------------|--------------------|---------|
|        | Desistentes | <i>incumbentes</i> | <i>incumbentes</i> Eleitos | Desistentes | <i>incumbentes</i> | Eleitos |
| 1990   | 39,76       | 64,21              | 52,94                      | 200         | 323                | 171     |
| 1994   | 36,65       | 63,35              | 63,08                      | 188         | 325                | 205     |
| 1998   | 25,34       | 74,66              | 69,71                      | 130         | 383                | 267     |
| 2002   | 27,88       | 72,12              | 71,62                      | 143         | 370                | 265     |
| 2006   | 12,09       | 87,91              | 60,31                      | 62          | 451                | 272     |
| 2010   | 13,84       | 86,16              | 66,52                      | 71          | 442                | 294     |
| 2014   | 31,58       | 68,42              | 74,07                      | 162         | 351                | 260     |
| Média  | 26,734      | 73,833             | 65,464                     | 136,571     | 377,857            | 247,714 |
| Desvio | 9,823       | 9,146              | 6,763                      | 49,656      | 47,924             | 40,113  |
| CV     | 36,743      | 12,387             | 10,331                     | 36,359      | 12,683             | 16,193  |

Fonte: elaboração dos autores a partir de TSE (2014).

**Tabela 8.** Coeficiente de Correlação de Pearson (r) (Taxas)

|                            | Desistentes | <i>Incumbentes</i> | <i>Incumbentes</i> Eleitos |
|----------------------------|-------------|--------------------|----------------------------|
| Desistentes                | 1,000       | -0,964             | -0,107                     |
| <i>Incumbentes</i>         | -0,964      | 1,000              | 0,036                      |
| <i>Incumbentes</i> Eleitos | -0,107      | 0,036              | 1,000                      |

Fonte: elaboração dos autores a partir de TSE (2014)